

## FECHAMENTO EPISTÊMICO

Steven Luper<sup>1</sup>

A maioria de nós pensa que pode seguramente aumentar a sua base de conhecimento aceitando coisas que são implicadas (ou logicamente implicadas) por aquilo que sabemos. Aproximadamente falando, o conjunto de coisas que sabemos é fechado sob implicação (ou sob dedução ou implicação lógica), de modo que sabemos que uma determinada afirmação é verdadeira reconhecendo e, como resultado, aceitando que ela se segue daquilo que sabemos. Isso não quer dizer que o modo pelo qual usualmente aumentamos o nosso conhecimento é simplesmente através do reconhecimento e aceitação daquilo que se segue daquilo que já sabíamos. É claro que há muito mais coisas envolvidas. Por exemplo, coletamos dados e construímos explicações para eles e, sob circunstâncias apropriadas, aprendemos com os outros. Mais precisamente, quando alegamos saber que alguma proposição é verdadeira, essa própria alegação está sujeita ao erro; geralmente, ver aquilo que se segue de uma alegação de conhecimento nos permite reavaliar e até mesmo abandonar a nossa alegação de conhecimento, ao invés de concluir que sabemos aquilo se segue dela. Contudo, parece razoável pensar que se, *de fato*, sabemos que alguma proposição é verdadeira, então estamos em posição de saber que as coisas que se seguem dessa proposição são também verdadeiras. Todavia, alguns teóricos têm negado que o conhecimento seja fechado sob implicação lógica. Os argumentos contra o fechamento incluem os seguintes:

*O argumento da análise do conhecimento:* dada a análise correta, o conhecimento não é fechado. Por exemplo, se a análise correta inclui uma condição de rastreamento, então o fechamento falha.

---

<sup>1</sup> Traduzido por Luiz H. M. Segundo: Doutorando em epistemologia (UFSC); Departamento de Filosofia (UFOP); email: luizhelveciosegundo@gmail.com. Artigo originalmente publicado em: LUPER, S. "Epistemic Closure". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2016/entries/closure-epistemic/>.

*O argumento do não-fechamento dos modos de conhecimento:* uma vez que os modos de se obter, preservar e aumentar o conhecimento, tal como a percepção, o testemunho, a demonstração, a memória, a indicação e a informação não são individualmente fechados, também não é o conhecimento.

*O argumento das proposições incognoscíveis (ou não facilmente conhecíveis):* certas proposições não podem ser conhecidas (sem meios especiais); dado o fechamento, elas poderiam ser conhecidas (sem capacidades especiais) a partir da dedução de afirmações mundanas que sabemos, de modo que o conhecimento não é fechado.

*O argumento do ceticismo:* o ceticismo é falso, mas seria verdadeiro se o conhecimento fosse fechado; de modo que o conhecimento não é fechado.

Embora os proponentes do fechamento tenham respostas para esses argumentos, eles também argumentam, mais ou menos ao estilo de G. E. Moore (1959), que o fechamento é um dado firme – é bastante óbvio para excluir qualquer compreensão do conhecimento ou de noções correlatas que minem o fechamento.

Uma ideia bastante próxima é a de que nos é racional (justificável) acreditar em tudo aquilo que se siga daquilo que nos é racional acreditar. Essa ideia está intimamente relacionada à tese de que o conhecimento é fechado, uma vez que, de acordo com muitos teóricos, saber que  $p$  implica acreditar justificadamente que  $p$ . Se o conhecimento implica a justificação, a falha no fechamento dessa última poderia conduzir à falha no fechamento daquele.

## 1. O Fechamento do Conhecimento

O que significa precisamente dizer que o conhecimento é fechado sob implicação? Uma resposta é que o seguinte princípio direto de fechamento do conhecimento sob implicação é verdadeiro:

**SP:** Se uma pessoa  $S$  sabe que  $p$ , e  $p$  implica  $q$ , então  $S$  sabe que  $p$ .

A condicional envolvida no princípio direto poderia ser a condicional material, a condicional subjuntiva ou a implicação, produzindo três possibilidades, cada uma mais forte do que a outra:

**SP1:**  $S$  sabe que  $p$  e  $p$  implica  $q$  somente se  $S$  sabe que  $q$ .

**SP2:** Se  $S$  soubesse algo,  $p$ , que implicasse  $q$ ,  $S$  saberia que  $q$ .

**SP<sub>3</sub>**: É necessariamente o caso que: S sabe que  $p$  e  $p$  implica  $q$  somente se S sabe que  $q$ .

Porém, cada uma das versões do princípio direto é falsa, uma vez que podemos saber algo,  $p$ , mas não ver que  $p$  implica  $q$ , ou por alguma outra razão não acreditar em  $q$ . Uma vez que o conhecimento implica crença (de acordo com quase todos os teóricos), não sabemos que  $q$ . Uma preocupação menos óbvia é que poderíamos raciocinar mal e vir a acreditar que  $p$  implica  $q$ . Talvez pensemos que  $p$  implica  $q$  porque pensamos que qualquer coisa implica qualquer coisa, ou porque temos um formigamento no dedão do pé. Hawthorne (2005) levanta a possibilidade de que, ao aprender que  $p$  implica  $q$ , S deixe de saber que  $p$ . Ele também nota que **SP<sub>1</sub>** é defensável sob a suposição (desviante) de que um pensamento,  $p$ , é equivalente a outro,  $q$ , se  $p$  e  $q$  valem em todos os mundos possíveis. Suponha que  $p$  implica  $q$ . Então,  $p$  é equivalente à conjunção de  $p$  e  $q$ , e assim o pensamento de que  $p$  é idêntico ao de que  $p$  e  $q$ . Por conseguinte, ao saber que  $p$ , S sabe  $p$  e  $q$ . Supondo que, ao saber  $p$  e  $q$ , S sabe que  $p$  e S sabe que  $q$ , então quando S sabe que  $p$  também sabe que  $q$ , como diz **SP<sub>1</sub>**.

O princípio direto precisa de qualificação, mas não precisamos nos preocupar com isso já que tais qualificações apresentam-se naturalmente dada a ideia que estamos tentando captar, nomeadamente, que podemos aumentar o nosso conhecimento através do reconhecimento e da aceitação daquelas coisas que se seguem daquilo que sabemos. As qualificações introduzidas no seguinte princípio (interpretado como uma condicional material) parecem bastante naturais:

**K**: Se, ao saber que  $p$ , S acredita que  $q$  porque S sabe que  $p$  implica  $q$ , então S sabe que  $q$ .

Como nota Williamson (2000), a ideia de que podemos aumentar o nosso conhecimento deduzindo a partir daquilo que sabemos apoia um princípio de fechamento que é mais forte do que **K**. É um princípio que diz que sabemos coisas que acreditamos com base em serem conjuntamente implicados por vários itens que sabemos separadamente. Suponha que eu saiba que Maria seja alta e que é canhota. **K** não nos autoriza a juntar esses dois itens de conhecimentos de modo a saber que Maria é alta e é canhota. Mas o seguinte princípio generalizado de fechamento cobre deduções envolvendo itens conhecidos separados:

**GK**: Se, ao saber várias proposições, S acredita que  $p$  porque S sabe que elas implicam  $p$ , então S sabe que  $p$ .

Alguns teóricos distinguem entre aquilo que chamam “fechamento de premissa única” daquilo a que chamam “fechamento de múltiplas premissas”. Tais teóricos negariam que **K** capte o fechamento de “premissa única”, pois **K** diz que *S* sabe que *q* se *S* sabe que duas coisas são verdadeiras: que *p* é verdadeira tanto quanto *p* implica *q*. O fechamento de “premissa única” é geralmente formulado como se segue (segundo Williamson 2002 e Hawthorne 2004):

**SPK:** Se, ao saber que *p*, *S* acredita que *q* por deduzir competentemente *q* a partir de *p*, então *S* sabe que *q*.

Está longe de ser claro, porém, que podemos deduzir competentemente *q* a partir de *p* sem depender de qualquer conhecimento afora *p*. Felizmente, parece que nada depende dessa possibilidade, exceto talvez para aqueles que estejam interessados em se podemos identificar algo que possa ser apropriadamente chamado de “princípio de fechamento de premissa única”.

Os proponentes do fechamento poderiam aceitar tanto **K** quanto **GK**, talvez qualificados de modo natural (mas poderiam não aceitar: veja as questões sobre o fechamento da justificação na seção 6). Em contraste, Fred Dretske e Robert Nozick rejeitam **K** e **GK**. Eles rejeitam qualquer princípio de fechamento, não importa o quão restrito, que garanta que saibamos que hipóteses céticas (*e.g.* de que sou um cérebro numa cuba) sejam falsas com base em alegações mundanas de conhecimento (*e.g.* que não estou numa cuba). Além de rejeitarem **K** e **GK**, eles negam o fechamento do conhecimento na instanciação e na simplificação, embora não na equivalência (Nozick 1981: 227-229):

**KI:** Se, ao saber que todas as coisas são *F*, *S* acreditar que uma coisa particular *a* é *F* porque *S* sabe que isso é implicado pelo fato de que todas as coisas são *F*, então *S* sabe que *a* é *F*.

**KS:** Se, ao saber que *p* e *q*, *S* acredita que *q* porque *S* sabe que *q* é implicado por *p* e *q*, então *S* sabe que *q*.

**KE:** Se, ao saber que *p*, *S* acredita que *q* porque *S* sabe que *q* é equivalente a *p*, então *S* sabe que *q*.

Voltemo-nos para seus argumentos.

## 2. O Argumento a partir da Análise do Conhecimento

O argumento a partir da análise do conhecimento diz que a abordagem correta do conhecimento leva à falha de **K**. Podemos distinguir duas versões. De acordo com a primeira, **K** falha porque o conhecimento requer rastreamento de crença. De acordo com a segunda, qualquer abordagem das alternativas relevantes, tal com as de Dretske e Nozick, leva à falha de **K**. De acordo com Dretske (2003: 112-3; 2005: 19), qualquer abordagem das alternativas relevantes conduz “naturalmente” embora “não inevitavelmente” à falha de **K**.

## 2.1. Falhas de Fechamento devido à Condição de Rastreamento ao Conhecimento

Em linhas gerais, a primeira versão envolve a defesa da análise rastreadora do conhecimento de Dretske ou de Nozick, e em seguida mostra-se que ela mina **K** (versões da abordagem rastreadora são também defendidas por Becker 2009, Murphy e Black 2007, e Roush 2005, esse último modifica a abordagem rastreadora de modo a preservar o fechamento; para críticas veja Brueckner 2012). Podemos pular a defesa, que consiste amplamente em mostrar que o rastreamento se sai melhor em lidar com as nossas intuições epistêmicas em casos de suposto conhecimento do que seus competidores. Podemos também simplificar as análises. De acordo com Nozick, saber que  $p$  é, grosso modo (ignorando sua amplamente desacreditada quarta condição, criticada, *e.g.*, em Luper 1984 e 2009, e em Kripke 2011), ter uma crença de que  $p$  que satisfaça a seguinte condição (“**BT**” para crença rastreadora [*tracking belief*]):

**BT**: fosse  $p$  falsa,  $S$  não acreditaria que  $p$ .

Isto é, nos mundos mais próximos ao atual nos quais *não- $p$*  é o caso,  $S$  não acredita que  $p$ . O mundo atual é a situação em que alguém se encontra quando adquire a crença de que  $p$ . **BT** exige que em todos os mundos *não- $p$*  próximos  $S$  não acredite que  $p$ . (A semântica das condicionais subjuntivas é clarificada em Stalnaker 1968, Lewis 1973, e modificada por Nozick 1981 nota 8). De acordo com a perspectiva de Dretske, saber que  $p$  é, aproximadamente, uma questão de ter uma razão  $R$  para acreditar que  $p$  que satisfaz a seguinte condição (“**CR**” para razão conclusiva):

**CR**: fosse  $p$  falsa,  $R$  não seria o caso.

Isto é, nos mundos próximos ao atual em que *não- $p$*  é o caso,  $R$  não é o caso. Quando  $R$  satisfaz essa condição, Dretske diz que  $R$  é uma razão conclusiva para acreditar que  $p$ .

Dretske observa (2003, n. 9; 2005, n. 4) que a sua perspectiva não enfrenta uma das objeções que Saul Kripke (2011, 162-224; Dretske tinha acesso a um rascunho

que circulava anterior à sua publicação) apresenta contra a abordagem de Nozick. Suponha que eu esteja dirigindo por uma vizinhança na qual, desconhecido a mim, celeiros de papel machê estão espalhados, e que eu vejo que o objeto à minha frente é um celeiro. Também noto que é vermelho. Porque tenho perceptos diante de mim que são como celeiros, acredito que *celeiro*: o objeto diante de mim é um celeiro (comum) (o exemplo é atribuído a Ginet em Goldman 1976). As nossas intuições sugerem que não sei que *celeiro*. E assim dizem **BT** e **CR**. Mas suponha agora que a vizinhança não tenha quaisquer celeiros falsos *vermelhos*; apenas os azuis são falsos. (Chamemos de caso do celeiro vermelho). Assim, de acordo com a perspectiva de Nozick, posso rastrear o fato de que há um celeiro vermelho, uma vez que eu não acreditaria que houvesse um celeiro vermelho (via perceptos de celeiros vermelhos) caso não houvesse qualquer celeiro vermelho, muito embora eu não possa rastrear o fato de que há um celeiro, uma vez que eu poderia acreditar que houvesse um celeiro (via perceptos de celeiros *azuis*) ainda que não houvesse qualquer celeiro. Dretske disse que essa justaposição, na qual sei algo e mesmo assim não sei uma segunda coisa que está intimamente relacionada à primeira (haver um celeiro vermelho, o que sei, implica haver um celeiro, o que não sei), “é um embaraço”, e quanto a isso, pensava ele, a sua perspectiva é superior à de Nozick. Seja R, a minha base para a crença, o fato de que tenho perceptos de celeiros vermelhos. Se não houvesse qualquer celeiro, R não seria o caso, de modo que sei que há um celeiro. Além disso, se não houvesse qualquer celeiro *vermelho*, R ainda não seria o caso, de modo que sei que há um celeiro *vermelho*. Desse modo, Dretske consegue evitar a justaposição objetável. Contudo, é surpreendente que Dretske cite o caso do celeiro vermelho como base para se preferir a sua versão do rastreamento em detrimento da de Nozick. Primeiro, o próprio Dretske aceitou justaposições de conhecimento e ignorância que são pelo menos tão bizarras quanto, como veremos. Segundo, Nozick evita a própria justaposição discutida por Dretske ajustando sua abordagem de modo a fazer referência aos métodos pelos quais viemos a acreditar nas coisas (Hawthorne 2005). De acordo com uma versão mais polida, Nozick disse que saber que *p* é, grosso modo, ter uma crença de que *p*, obtida através de um método M, que satisfaz a seguinte condição (“**BMT**” para rastreamento do método da crença):

**BMT**: fosse *p* falsa, S não acreditaria que *p* via M.

Se não houvesse qualquer celeiro vermelho eu não acreditaria nem que houvesse um celeiro, e nem que houvesse um celeiro *vermelho*, via perceptos de celeiros vermelhos.

Terceiro, o caso do celeiro vermelho é um caso em que as intuições variam. Não é óbvio que eu saiba haver um celeiro vermelho, nas circunstâncias que Dretske esboça, que diferem das do exemplo original de Ginet (em que consigo saber *celeiro*) apenas nas estipulações de que vejo um celeiro vermelho e que nenhuns dos simulacros de celeiro são vermelhos. Além do mais, ambas as abordagens, de Dretske e Nozick, têm a estranha implicação de que sei que há um celeiro caso eu baseie a minha crença nos perceptos de celeiro vermelho, e que não sei, quando, ao baseá-la em meus perceptos de celeiro, ignoro a cor do celeiro. Presumivelmente, a cor do celeiro não é relevante para que ele seja um celeiro.

As abordagens rastreadoras permitem contraexemplos a **K**. A ilustração mais conhecida de Dretske é o caso da zebra: suponha que você está num zoológico em condições comuns de frente a uma jaula marcada “zebra”; o animal na jaula é uma zebra e você acredita que *zeb*, o animal na jaula é uma zebra, pois você tem perceptos visuais de uma zebra na jaula. Ocorre a você que *zeb* implica *não-mula*, não é o caso que o animal na jaula seja uma mula disfarçada ao invés de uma zebra. Você então acredita que *não-mula* deduzindo-a de *zeb*. Você sabe isso? Você sabe *zeb*, uma vez que, se *zeb* fosse falsa, você não teria perceptos visuais de uma zebra na jaula; ao invés, você teria perceptos de uma jaula vazia, ou perceptos de um orictéropo, ou algo parecido. Você sabe que *não-mula*? Se *não-mula* fosse falsa, você ainda teria perceptos visuais de uma zebra na jaula (e você ainda acreditaria que *zeb*, e ainda acreditaria que *não-mula* deduzindo-a de *zeb*). Assim, você não sabe que *não-mula*. Mas note que temos:

- a. Você sabe que *zeb*
- b. Você acredita que *não-mula* por reconhecer que *zeb* implica *não-mula*
- c. Você não sabe que *não-mula*.

Por conta de (a)-(c) temos um contraexemplo a **K**, que implica que se (a) você sabe que *zeb*, e (b) você acredita que *não-mula* por reconhecer que *zeb* implica *não-mula*, então você sabe *não-mula*, contrário a (c).

Tendo rejeitado **K** e negado que sabemos coisas como *não-mula*, Nozick também negou o fechamento através da simplificação. Pois se alguma proposição *p* implica outra proposição *q*, então *p* é equivalente à conjunção *p* & *q*; de acordo com isso, dado o fechamento através da equivalência, que Nozick aceita, se sabemos que *zeb*, podemos saber a conjunção *zeb* & *não-mula*, mas se também aceitamos o fechamento através da simplificação, seremos capazes de saber que *não-mula*.

Em resposta à primeira versão do argumento da análise do conhecimento, alguns teóricos (*e.g.*, Luper 1984, Bonjour 1987, DeRose 1995) argumentaram que **K** é tão plausível (o que Dretske reconheceu em 2005: 18) que só deveria ser abandonado frente a razões fortes, muito embora não haja tais razões.

A fim de mostrar que não há fortes razões para abandonar **K**, os teóricos têm fornecido abordagens do conhecimento que (a) lidam com as nossas intuições pelo menos tão bem quanto as análises rastreadoras e ainda (b) subscrevem **K**. Uma maneira de ser fazer isso é enfraquecer as análises rastreadoras de modo que saibamos as coisas que rastreamos ou que acreditamos porque sabemos que se seguem de coisas que rastreamos (esse tipo de opção foi usada contra Nozick por vários teóricos; Roush a defende em 2005, 41-51). Outra abordagem é a que se segue. Saber que *p* é grosso modo uma questão de ter uma razão **R** para acreditar que *p* que satisfaz a seguinte condição (“**SI**” para indicação segura [*safe indication*]):

**SI**: se **R** fosse o caso, *p* seria o caso.

**SI** requer que *p* seja verdadeira nos mundos **R** próximos. Quando **R** satisfaz essa condição, dizemos que **R** é um *indicador seguro* de que *p* é verdadeiro. (Versões diferentes da condição de segurança têm sido defendidas; veja, por exemplo, Luper 1984; Sosa 1999, 2003, 2007, 2009; Williamson 2000; e Pritchard 2007). **SI** é a contraposição de **CR**, embora a contraposição de uma condicional subjuntiva não seja equivalente à original.

Suponhamos sem um argumento que **SI** dá conta dos casos de conhecimento e ignorância assim como intuitivamente **CR** dá. Por que dizer que **SI** subscreve **K**? O ponto principal é que se **R** indica seguramente que *p* é verdadeira, então indica seguramente que *q* é verdadeira, quando *q* é alguma das consequências de *p*. Posto de outro modo, o ponto é que o seguinte raciocínio é válido (sendo uma instância do fortalecimento da consequência):

1. Se **R** fosse o caso, *p* seria verdadeiro (*i.e.*, **R** indica seguramente que *p*)
2. *p* implica *q*
3. Assim, se **R** fosse o caso, *q* seria verdadeiro (*i.e.*, **R** indica seguramente que *q*)

Assim, se uma pessoa **S** sabe que *p* com base em **R**, **S** está em posição de saber que *q* com base em **R**, quando *q* se segue de *p*. **S** está também em posição de saber que *q* com base na conjunção de **R** junto do fato de que *p* implica *q*. Assim, se **S** sabe que *p* com base em



R, e acredita em  $q$  com base em R (em que  $p$  repousa) junto do fato que  $p$  implica  $q$ , então S sabe que  $q$ . Novamente: se

(a) S sabe que  $p$  (com base em R), e

(b) S acredita que  $q$  por reconhecer que  $p$  implica  $q$  (de modo que S acredita que  $q$  com base em R, em que  $p$  repousa, junto do fato de que  $p$  implica  $q$ ), então

(c) S sabe que  $q$  (com base em R e o fato de que  $p$  implica  $q$ ), como **K** requer. Para ilustrar, usemos o exemplo de Dretske. Tendo baseado a sua crença de que *zeb* em seus perceptos de zebra na jaula, você sabe *zeb* de acordo com **SI**: dadas suas circunstâncias, tivesse você outros perceptos, *zeb* seria verdadeira. Além do mais, quando você acredita que *não-mula* por primeiro acreditar que *zeb* com base nos seus perceptos de zebra na jaula e então deduz *não-mula* de *zeb*, você sabe *não-mula* de acordo com **SI**: se você tivesse esses perceptos não apenas *zeb* seria o caso, como também sua consequência *não-mula*.

Desviemo-nos um pouco a fim de notar que algumas versões da abordagem da segurança não preservam o fechamento (Murphy 2005 apresenta essa objeção contra a versão de Sosa da abordagem da segurança). Por exemplo, até certo ponto Ernest Sosa discutiu a seguinte versão da condição:

Se S acreditasse que  $p$ ,  $p$  seria verdadeira.

Isso é exigir que a *crença* de uma pessoa indique seguramente a sua verdade. Contudo, é inteiramente possível estar numa situação em que a crença indique seguramente a sua verdade, muito embora a condição exigida não seja satisfeita para algo que se siga de tal crença. O ponto pode ser ilustrado através de uma versão do caso do celeiro vermelho. Suponha que (com base em meus perceptos de celeiro vermelho) acredito que *celeiro vermelho*: há um celeiro vermelho em minha frente. Suponha também que há de fato um celeiro vermelho em minha frente. Contudo (você adivinhou) muitos celeiros falsos foram espalhados pela vizinhança, todos eles azuis, e não vermelhos. Nos mundos próximos nos quais acredito que *celeiro vermelho*, estou correto, e, portanto, satisfaço a condição exigida para saber *celeiro vermelho*, que é a de minha crença em *celeiro vermelho* indicar seguramente a sua própria verdade. Ora, *celeiro vermelho* implica *celeiro*: há um celeiro em minha frente. Mas, de acordo com a perspectiva proposta, a condição exigida para saber *celeiro* não é que a minha crença de que *celeiro vermelho* indique seguramente que *celeiro* é o caso. O que é exigido, ao invés, é que a minha crença de que *celeiro* indique seguramente sua *própria* verdade. Supondo que eu acreditasse que *celeiro* caso eu visse

um dos celeiros azuis falsos, então a minha crença de que *celeiro* não indica seguramente sua verdade.

Retomando: **K** falha se o conhecimento implica **CR**, mas não se o conhecimento implica **SI**, mas pode não ser possível subscrever **K** meramente por substituir **CR** por **SI**, uma vez que alguma outra condição para o conhecimento poderia bloquear o fechamento. Podemos subscrever o fechamento se supusermos que acreditar que *p* em bases “seguras” é *suficiente* para saber que *p*, mas essa suposição é duvidosa. Do modo como entendemos a segurança, podemos acreditar nas coisas com bases seguras sem as saber. Um exemplo óbvio é qualquer verdade necessária: porque elas são o caso em todos os mundos possíveis, podemos acreditar seguramente nelas por qualquer razão. Como outro exemplo, lembre-se do caso de celeiro vermelho discutido anteriormente: a despeito dos muitos celeiros azuis falsos na vizinhança, os meus perceptos de celeiro vermelho são indicadores seguros de que o objeto em minha frente é um celeiro e que é um celeiro vermelho, de modo que nenhuma *justaposição* objetável (tal como, sei que *há um celeiro vermelho* mas não sei que *há um celeiro*) ocorre, embora alguns teóricos insistirão que, nas circunstâncias delineadas, não sei nem que o objeto é um celeiro nem que é um celeiro vermelho.

## 2.2. Falhas do Fechamento de acordo com a Abordagem das Alternativas Relevantes

A segunda versão do argumento a partir da análise do conhecimento diz que qualquer perspectiva das alternativas relevantes, não apenas as abordagens rastreadoras, está em tensão com **K**. Uma análise é uma abordagem das alternativas relevantes quando satisfaz duas condições. Primeiro, produz uma compreensão apropriada de “alternativa relevante”. A abordagem de Dretske se qualifica assim, uma vez que ela nos permite dizer que uma alternativa *A* a *p* é relevante se, e somente se:

**CRA:** fosse *p* falsa, *A* poderia ser o caso.

De acordo com a segunda condição, a análise tem de dizer que saber que *p* requer excluir todas as alternativas *relevantes* a *p*, mas não todas as *alternativas* a *p*. A abordagem de Dretske se qualifica como tal novamente. Ele diz que uma alternativa *A* é excluída com base em **R** se, e somente se, a seguinte condição é satisfeita:

**CRR:** se *A* fosse o caso, **R** não seria o caso.

E, de acordo com a abordagem de Dretske, uma alternativa *A* tem de ser excluída se, e somente se, *A* satisfaz **CRA**.

Assim, a abordagem rastreadora é uma abordagem das alternativas relevantes. Mas por que dizer que as abordagens das alternativas relevantes ao conhecimento estão em tensão com **K**? Diremos isso se, como Dretske, aceitarmos o seguinte princípio crucial: a negação de uma proposição  $p$  é automaticamente uma alternativa relevante a  $p$  (não importa o quão bizarra ou remota  $não-p$  possa ser) embora geralmente  $não$  seja uma alternativa relevante às coisas que implicam  $p$ . Para um teórico das alternativas relevantes, esse princípio sugere que podemos saber que  $p$  somente se pudermos excluir  $não-p$ , mas podemos saber coisas que implicam  $p$  ainda que não possamos excluir  $não-p$ , o que abre a possibilidade de haver casos que violem **K**. Pois, embora a nossa incapacidade de excluir  $não-p$  nos impeça de saber que  $p$ , ela não nos impede de saber coisas que impliquem  $p$ . E já temos um exemplo pronto em mãos: o caso da zebra. Talvez você não possa excluir *mula*; mas isso lhe impede de saber que *não-mula*, não que saiba *zeb*. Esses pontos podem ser reformulados em termos da abordagem das razões conclusivas. Para Dretske, a negação de uma proposição  $p$  é automaticamente uma alternativa relevante, uma vez que a condição **CRA** é automaticamente satisfeita; isto é, é vacuamente verdadeiro que:

Fosse  $p$  falsa,  $não-p$  poderia ser o caso.

Portanto, *mula* é uma alternativa relevante a *não-mula*. Ademais, você não saberá *não-mula* uma vez que não puder excluir *mula*: você acredita que *não-mula* com base em seus perceptos de zebra na jaula, mas ainda os teria caso *mula* fosse o caso, contrário a **CRR**. Contudo, você sabe *zeb* a despeito de sua incapacidade de excluir *mula*, pois fosse *zeb* falsa, você não teria os perceptos de zebra na jaula.

De acordo com a segunda versão do argumento da análise do conhecimento, qualquer perspectiva das alternativas relevantes está em tensão com **K**. O quão persuasivo é esse argumento? Como reconheceu Dretske (2003), é de fato um ataque fraco a **K**, uma vez que algumas abordagens das alternativas relevantes são completamente consistentes com **K**. Como exemplo, temos apenas de adaptar a perspectiva da indicação segura tornando claro que ela é uma abordagem das alternativas relevantes (Luper 1984, 1987c, 2006).

A perspectiva da indicação segura pode ser adaptada em dois passos. Primeiro, dizemos que uma alternativa a  $p$ ,  $A$ , é relevante se, e somente se, a seguinte condição é satisfeita:

**SRA**: Nas circunstâncias de  $S$ ,  $A$  poderia ser o caso.

Assim, qualquer possibilidade que seja remota é automaticamente irrelevante, falhando **SRA**. Segundo, dizemos que *A* é excluída com base em *R* se, e somente se, a seguinte condição é satisfeita:

**SIR**: fosse *R* o caso, *A* não seria o caso.

Esse modo de entender as alternativas relevantes mantém **K**. O ponto central é que se *S* sabe que *p* com base em *R*, e é por isso capaz de excluir as alternativas relevantes a *p*, então *S* pode também excluir as alternativas relevantes a *q*, em que *q* é algo implicado por *p*. Se *R* não fosse o caso, as alternativas a *q* não seriam também.

Aparentemente, a abordagem das alternativas relevantes pode ser interpretada de modo que apoie **K**, tanto quanto de modo que não apoie. Assim, Dretske não está na melhor posição ao dizer que a perspectiva das alternativas relevantes leva “naturalmente” à falha do fechamento.

### 2.3 Fechamento e Confiabilismo

De acordo com uma versão do confiabilismo (defendida por Ramsey 1931 e Armstrong 1973, dentre outros), alguém sabe que *p* se e somente se adquire (ou sustenta) a crença de que *p* através de um método confiável. Está o confiabilista comprometido com **K**? A resposta depende precisamente de como a noção relevante do confiabilismo é entendida. Se entendermos a confiabilidade como os teóricos do rastreamento entendem, rejeitaremos o fechamento. Mas há outras versões do confiabilismo que sustentam **K**. Por exemplo, a abordagem da indicação segura é um tipo de confiabilismo. Poderíamos também dizer que uma crença verdadeira de que *p* é confiavelmente formada se, e somente se, for baseada num evento que *geralmente* ocorreria somente se *p* (ou uma crença do tipo *p*) fosse verdadeira. Nesse sentido, qualquer evento que indique confiavelmente que *p* é verdadeira também indicará confiavelmente que as conseqüências de *p* são verdadeiras.

### 3. O Argumento do Não-Fechamento dos Modos de Conhecimento

Dretske argumentou (2003, 2005) que deveríamos esperar que **K** falhe porque nenhum dos modos de obter, preservar e aumentar o conhecimento são individualmente fechados. Dretske apresenta seu argumento na forma de uma pergunta retórica: “de que modo

alguém poderia fechar algo quando todos os modos de obtê-lo, estendê-lo e preservá-lo estão em aberto?” (2003: 113-4)

### 3.1. Modos de Conhecimento e Não-Fechamento

Como exemplos de modos de obter, sustentar e aumentar o conhecimento, Dretske sugeriu a percepção, o testemunho, a demonstração, a memória, a indicação e a informação. Dizer que esses itens não são individualmente fechados é dizer que os seguintes princípios de fechamento para modos, com ou sem qualificações parentéticas, são falsos:

**PC:** Se *S percebe* que *p*, e (S acredita que *q* porque S sabe que) *p* implica *q*, então S percebe *q*.

**TC:** Se *S recebeu o testemunho* de que *p*, e (S acredita que *q* porque S sabe que) *p* implica *q*, então S recebeu o testemunho de que *q*.

**OC:** Se *S demonstrou* que *p*, e (S acredita que *q* porque S sabe que) *p* implica *q*, então S demonstrou que *q*.

**RC:** Se *S se lembra* que *p*, e (S acredita que *q* porque S sabe que) *p* implica *q*, então S se lembra de *q*.

**IC:** Se *R indica* que *p*, e (S acredita que *q* porque S sabe que) *p* implica *q*, então R indica que *q*.

**NC:** Se *R carrega a informação* de que *p*, e (S acredita que *q* porque S sabe que) *p* implica *q*, então R carrega a informação de que *q*.

E, de acordo com Dretske, cada um desses princípios é falso. Podemos perceber que temos mãos, por exemplo, sem perceber que há coisas físicas.

### 3.2. Respostas a Dretske

Houve várias réplicas ao argumento de Dretske contra o fechamento com base nos modos de conhecimento.

Primeiro, a falha de um ou mais princípios de fechamento para modos não implica que **K** falhe. O que importa é se os vários modos de conhecimento discutidos por Dretske nos deixam em posição de saber as consequências das coisas que sabemos. Em outras palavras, a questão é se o seguinte princípio é verdadeiro:

**T:** Se, ao saber que  $p$  via percepção, testemunho, demonstração, memória, ou algo que indique ou carregue a informação de que  $p$ ,  $S$  acredita que  $q$  porque  $p$  implica  $q$ , então  $S$  sabe que  $q$ .

Segundo, os teóricos têm defendido alguns princípios de fechamento para modos, tais como **PC**, **IC** e **NC**. Dretske rejeita esses três princípios porque pensa que a percepção, a indicação e a informação são melhores analisados em termos de razões conclusivas, o que mina o fechamento. Mas os três princípios (ou algo muito próximos deles) podem ser defendidos se analisarmos a percepção, a indicação e a informação em termos de indicação segura. Considere **IC** e **NC**. Ambos são verdadeiros se analisarmos a indicação e a informação como se segue:

**R** indica  $p$  sse  $p$  seria verdadeiro se **R** fosse o caso.

**R** carrega a informação de que  $p$  sse  $p$  seria verdadeiro se **R** fosse o caso.

Uma versão de **PC** pode ser defendida se fizermos uso da noção de percepção do próprio Dretske (1969). Considere um cientista que estuda o comportamento de elétrons através da observação das bolhas que eles deixam para trás numa câmara de nuvens. Os elétrons em si são invisíveis, mas o cientista pode perceber *que* os elétrons (invisíveis) estão se movendo de certos modos por perceber que as bolhas (visíveis) deixadas para trás estão dispostas de maneiras específicas. O que percebemos diretamente nos coloca em posição de perceber várias coisas indiretamente. Suponha, pois, que quando percebemos que  $p$  direta ou indiretamente, e isso nos causa a crença de que  $q$ , quando  $p$  implica  $q$ , somos deixados numa posição de perceber  $q$  indiretamente. Assim, estamos corretos ao aceitar alguma versão de **PC**, como por exemplo:

**SPC:** Se  $S$  percebe que  $p$ , e isso causa em  $S$  a crença de que  $q$ , então  $S$  percebe que  $q$ .

#### 4. O Argumento das Proposições Não (Facilmente) Conhecíveis

Outro argumento antifechamento é o de que há alguns tipos de proposições que não sabemos a menos que tenhamos capacidades extraordinárias, embora essas proposições sejam implicadas por afirmações mundanas cuja verdade sabemos. Uma vez que isso seria impossível caso **K** estivesse correto, **K** tem de ser falso. A mesma dificuldade é às vezes discutida sob o rótulo de *problema do conhecimento fácil*, uma vez que alguns teóricos (Cohen 2002) acreditam que certas coisas são difíceis de conhecer, no sentido de que não podem ser conhecidas por dedução a partir de conhecimento banal. O argumento tem

diferentes versões dependendo de que proposições dizemos serem difíceis de conhecer. De acordo com Dretske (e talvez Nozick), não podemos saber facilmente que *proposições restritivas* ou *proposições de grande porte* são verdadeiras. Essas proposições se assemelham às proposições que Moore (1959) considerou verdadeiras com certeza e que Wittgenstein (1969) declarou serem incognoscíveis (mas Wittgenstein as considerou incognoscíveis com base nas dúbias razões de que elas têm de ser verdadeiras caso tenhamos de evitar dúvidas). Outra possibilidade é que não podemos facilmente saber *proposições lotéricas*. Um caso especial do argumento das proposições incognoscíveis começa com a alegação de que não podemos saber a falsidade de hipóteses céticas. Consideraremos essa terceira perspectiva na próxima seção.

#### **4.1. O Argumento das Proposições Restritivas**

Dretske não delineou claramente a classe das proposições a que chamou “restritivas” (em 2003) ou “de grande porte” (em 2005). Alguns dos exemplos fornecidos por ele são “Há um passado”, “Há objetos físicos” e “Não estou sendo tapeado por uma ilusão engenhosa”. Ele parecia pensar que essas proposições têm uma propriedade a que podemos chamar “esquividade”, em que  $p$  é esquiva para mim se e somente se a falsidade de  $p$  não mudaria minhas experiências. Mas ser restritivo não coincide com ser esquivo. Se não houvesse objetos físicos, as minhas experiências seriam dramaticamente alteradas, uma vez que eu não existiria. Assim, algumas proposições restritivas não são esquivas. É difícil dizer, porém, se todas as afirmações esquivas são restritivas, por causa da maleabilidade do termo “restritivo”. *Não-mula é esquiva, mas será restritiva?*

Não podemos saber proposições restritivas? Se não, e se sabemos coisas que as implicam, Drestke pensou tivesse apoio adicional para a sua abordagem das razões conclusivas, supondo, como ele fez, que a sua abordagem exclui o conhecimento de proposições restritivas (embora permita o conhecimento de coisas que as implicam). Contudo, essa suposição é falsa (Hawthorne 2005, Luper 2006). Temos razão conclusiva para acreditar em algumas proposições restritivas, tal como a de que há objetos físicos. Contudo, Drestke poderia abandonar a noção de proposição restritiva em favor da noção de proposição esquiva, e citar, em favor de sua abordagem das razões conclusivas e contra **K**, os fatos de que não sabemos afirmações esquivas mas que podemos saber coisas que as impliquem.

A fim de excluir o conhecimento de proposições restritivas/esquivas, Dretske ofereceu dois tipos de argumento, aos quais podemos chamar o *argumento da percepção* e o *argumento da pseudocircularidade*.

O argumento da percepção começa com as afirmações de que (a) não percebemos que afirmações restritivas/esquivas são o caso, e (b) que não sabemos, via percepção, que afirmações restritivas/esquivas são o caso. Uma vez que é difícil ver como de que modo mais poderíamos saber proposições restritivas/esquivas, (a) e (b) são boas bases para se concluir que simplesmente não sabemos que elas são o caso.

Sem dúvida (a) e (b) têm uma plausibilidade considerável. Não obstante, são controversas. Para explicar a verdade de (a) e (b), Dretske contou com sua análise da percepção baseada nas razões conclusivas. Os seus críticos podem citar a abordagem da indicação segura da percepção como base para a rejeição de (a) e (b). Luper (2006), por exemplo, argumentou contra ambas, principalmente com base na razão de que podemos indiretamente perceber e saber algumas afirmações esquivas (tal como *não-mula*) por perceber diretamente afirmações (como *zebra*) que as implicam.

Dretske sugeriu outra razão para excluir o conhecimento de afirmações restritivas/esquivas. Ele pensa que podemos saber fatos banais (por ex., tomamos café da manhã) sem saber as afirmações restritivas/esquivas implicadas por eles (por ex., o passado é real) *na medida em que* tais afirmações restritivas/esquivas são *verdadeiras*, mas não podemos inverter as coisas e empregar as primeiras como base para saber as últimas. Suponha que consideremos saber alguma afirmação, *q*, inferindo-a de outra proposição, *p*, que sabemos, mas que o nosso conhecimento de *p* depende em primeiro lugar da verdade de *q*. Chamemos a isso *raciocínio pseudocircular*. De acordo com Dretske, o raciocínio pseudocircular é inaceitável, e, contudo, é precisamente nele que nos apoiamos ao tentar saber afirmações restritivas/esquivas, tal como a negação das hipóteses céticas, deduzindo-as de alegações comuns de conhecimento que as implicam: não saberemos essas últimas, para início de conversa, a menos que as primeiras sejam verdadeiras. O problema que Dretske levantou aqui foi apresentado anteriormente pelos críticos das abordagens confiabilistas mais amplas do conhecimento, como Richard Fumerton (1995, 178). Jonathan Vogel (2000) discute sobre o rótulo de *facilitação [bootstrapping]*, o procedimento empregado quando, *e.g.*, alguém que não tem evidência inicial sobre a confiabilidade de um medidor de gasolina, vem a acreditar que *p* em várias ocasiões diferentes porque o medidor indica que *p*, e através disso sabe que *p*, de acordo com as abordagens confiabilistas do conhecimento, e então infere indutivamente que o



medidor é confiável. Através da facilitação podemos passar – ilegitimamente, de acordo com Vogel – de crenças formadas por um processo confiável ao conhecimento de que aquelas crenças foram obtidas por um processo confiável. Alguém pode saber que  $p$  usando um medidor somente se o medidor for confiável; por conseguinte, concluir que ele é confiável com base somente em seus registros envolve raciocínio pseudocircular.

Há muito se tem objetado contra alegações de conhecimento cuja verdade depende de um fato que não tenha sido estabelecido, especialmente se esse fato é meramente tomado por garantido. É também comum rejeitar qualquer alegação de conhecimento cujo *pedigree* cheire a circularidade. Ambas as preocupações surgem quando alegamos saber que uma proposição,  $q$ , é verdadeira com base nela ser implicada por uma segunda proposição,  $p$ , muito embora a verdade de  $q$  tenha sido tomada por garantida para se saber que  $p$  é verdadeira. Muitos teóricos rejeitarão o raciocínio pseudocircular precisamente por essa razão tradicional. Dretske não partilha da primeira preocupação, mas levantou a segunda, a do raciocínio pseudocircular. Há, contudo, um crescente número de trabalhos que rompe com a tradição e defende algumas formas de circularidade epistêmica (esse trabalho é fortemente criticado, por sua vez, na medida em que está aberto a versões das objeções tradicionais). Max Black (1949) e Nelson Goodman (1955) são exemplos iniciais; outros incluem Van Cleve (1979 e 2003); Luper (2004); Papineau (1992) e Alston (1993). O próprio Dretske rompe com a tradição ao escrever sob a flâmula do “externismo”. Ele explicitamente disse que a maior parte, se não todas, as nossas alegações mundanas de conhecimento dependem de fatos que não estabelecemos. Na verdade, ele citou isso como uma virtude da sua teoria das razões conclusivas. Contudo, nada na natureza da abordagem das razões conclusivas exclui o nosso conhecimento das proposições restritivas usar o raciocínio pseudocircular, o que deixa suas recomendações misteriosas. Um conjunto de experiências de potes pode constituir uma razão conclusiva para se acreditar em *pote*, um pote de biscoitos está em minha frente. Se eu então acredito que *objetos*, há objetos físicos, porque é implicada por *pote*, tenho uma razão conclusiva para acreditar em *objetos*, uma proposição restritiva. (Se *objetos* fosse falsa, *pote* também seria, e eu não teria as experiências de pote).

Dretske poderia ter lançado mão da perspectiva que a abordagem das razões conclusivas exclui o conhecimento de afirmações esquivas, como opostas às restritivas, através do raciocínio pseudocircular, pois carecemos de razões conclusivas para afirmações esquivas não importa que tipo de raciocínio empreguemos. Mas isso não coloca a abordagem de Dretske em perigo no que diz respeito ao raciocínio

pseudocircular. E mesmo essa posição mais restrita pode ser desafiada (adaptando-se um ataque contra Nozick em Shatz 1987). Poderíamos insistir que a própria  $p$  é uma razão conclusiva para se acreditar que  $q$  quando sabemos que  $p$  e que  $p$  implica  $q$ . Afinal, supondo que  $p$  implique  $q$ , se  $q$  fosse falsa também o seria  $p$ . De acordo com essa estratégia, temos um argumento adicional a favor de **K**: se S sabe que  $p$  (com base em alguma razão conclusiva R), e S acredita que  $q$  porque S sabe que  $p$  implica  $q$ , S tem uma razão conclusiva para acreditar que  $q$ , a saber,  $p$  (ao invés de R), e, por conseguinte, S sabe que  $q$ .

Outra dúvida sobre conhecer afirmações esquivas dedutivamente via afirmações mundanas é que essa manobra é ampliadora de maneira imprópria. Cohen diz que saber que a mesa é vermelha não nos coloca em posição de saber “Não sou um cérebro numa cuba sendo enganado para acreditar que a mesa é vermelha” nem “não é o caso que a mesa seja branca iluminada por luzes vermelhas” (2002: 313). Na transição da primeira à última, o nosso conhecimento parece ter sido ampliado de maneira imprópria. Essa preocupação pode ser devido, pelo menos, em grande parte à falta de precisão na aplicação do acarretamento ou implicação dedutiva (Klein 2004). Seja *vermelho* a proposição de que a mesa é vermelha, *branco* a proposição de que a mesa é branca, e *luz* a proposição de que a mesa está sendo iluminada por uma luz vermelha. *Vermelho* nada implica sobre as condições sob as quais a mesa é iluminada. Em particular, não implica a conjunção *luz & não-vermelho*. O máximo que podemos inferir é que a conjunção *branco & luz* é falsa, e isso não nos dá qualquer informação sobre as condições de iluminação da mesa. Poder-se-ia facilmente inferir a falsidade da conjunção *branco & não-luz*. Nenhuma ampliação da proposição conhecida original, *vermelho*, veio à tona.

#### 4.2. O Argumento das Proposições Lotéricas

Parece claro que não sei que *não-ganho*, não ganharei a loteria estadual esta noite, muito embora as chances de eu acertar o resultado sejam ridiculamente pequenas. Mas suponha que desejo profundamente possuir uma casa de campo de 10 milhões de dólares na Riviera Francesa. Parece plausível dizer que sei que *não-compro*, não comprarei essa casa de campo amanhã, uma vez que careço de recursos, e sei a condicional se *ganho* então *compro*, *i.e.*, amanhã comprarei a casa de campo se eu ganhar na loteria estadual esta noite. Da condicional e *não-compro* segue-se que *não-ganho*, e, assim, dado o fechamento, saber a condicional e *não-compro* me deixa em posição de

saber *não-ganho*. Como esse raciocínio mostra, a incognoscibilidade de afirmações como *não-ganho* mais a cognoscibilidade de afirmações como *não-compro* nos deixa em posição de lançar outro ataque ao fechamento.

Seja uma *proposição lotérica* uma proposição, assim como *não-ganho*, que pode (pelo menos normalmente) ser apoiada em bases cuja probabilidade é bem alta mas menor que 1. Vogel (1990, 2004) e Hawthorne (2004, 2005) notaram que um grande número de proposições que não envolvem efetivamente loterias se assemelham a proposições lotéricas por possuírem uma probabilidade próxima mas menor que 1. Tais proposições poderiam ser descritas como *loteriescas*. Os eventos mencionados numa afirmação podem ser subsumidos sob indefinidamente muitas classes de referência, e não há uma maneira precisa de se escolher qual dentre elas determina a probabilidade dos eventos subsumidos. Ao selecionar cuidadosamente alguma dessas classes podemos geralmente encontrar modos de sugerir que a probabilidade de uma afirmação é menor do que 1. Considere, por exemplo, *não-roubado*, a proposição de que o carro que você há pouco estacionou de frente à casa não foi roubado: selecionando-se a classe *carros vermelhos roubados de frente à sua casa na última hora* podemos representar a probabilidade estatística de *não-roubado* como 1. Mas selecionando *carros roubados nos EUA*, podemos representar a probabilidade como significativamente menor que 1. Se, como as proposições lotéricas, as proposições loteriescas não são facilmente conhecidas, elas aumentam a pressão contra o princípio de fechamento, uma vez que são implicadas por uma ampla gama de proposições mundanas que se tornam incognoscíveis dado o fechamento.

O quão ameaçadoras são as proposições lotéricas e loteriescas a **K** (e **GK**)? A questão é um tanto controversa. Há, porém, muito a ser dito sobre tratar as proposições lotéricas, por um lado, e as proposições loteriescas, de outro.

Quanto às proposições lotéricas: vários teóricos sugerem que, de fato, não sabemos que são verdadeiras porque sabê-las requer acreditar nelas através de algo que *estabelece* a sua verdade, e nós (normalmente) não podemos estabelecer a verdade de proposições lotéricas. Há vários modos de entender o que se quer dizer por “estabelecer” a verdade de uma afirmação. Dretske, como vimos, pensa que o conhecimento implica ter uma razão conclusiva para pensar como pensamos. David Armstrong (1973, 187) disse que o conhecimento implica ter um estado de crença que “assegura” a verdade. Os teóricos da indicação segura sugerem que sabemos coisas quando acreditamos nelas por conta de algo que seguramente indica a sua verdade. E Harman e Sherman (2004, 492)

dizem que o conhecimento requer acreditar em alguma coisa por conta de algo “que determina a verdade dessa crença”. De acordo com essas quatro perspectivas, não sabemos que uma afirmação é verdadeira quando as nossas únicas bases para crer é que ela é altamente provável. Contudo, a incognoscibilidade das proposições lotéricas não é uma ameaça substancial ao fechamento, uma vez que não é óbvio que haja proposições que sejam tanto conhecidas como verdadeiras quanto que impliquem proposições lotéricas. Considere, por exemplo, a discutida anteriormente: a condicional se *ganhou* então *comprou* mais *não-comprou*. Se sei essas duas, então, por **GK**, sei que *não-ganhou*, uma proposição lotérica. Mas é bastante plausível negar que as sei. Afinal, eu poderia ter ganhado na loteria.

Considere agora as proposições loterescas. Não podemos defender o fechamento negando que sabemos alguma proposição mundana que implica uma proposição loterisca, uma vez que é claro que sabemos muitas coisas que são verdadeiras que implicam proposições loterescas. Para defender o fechamento temos, ao invés, de dizer que as proposições loterescas são conhecíveis. Elas diferem das proposições lotéricas genuínas por poderem ser apoiadas em bases que estabelecem a sua verdade. Se baseio a minha crença de que *não-roubado* apenas em estatísticas criminais, não saberei se ela é verdadeira. Mas posso, ao invés, baseá-la em observações, tais como a de ter estacionado em minha garagem, e assim por diante, que, sob certas circunstâncias, estabelece que *não-roubado* é o caso.

## 5. O Argumento do Ceticismo

De acordo com Dretske e Nozick, podemos dar conta do apelo do ceticismo e explicar onde ele erra se aceitarmos as suas perspectivas do conhecimento e rejeitar **K**. Rejeitar o fechamento do conhecimento é, portanto, a chave para resolver o ceticismo. Dada a importância do *insight* no problema do ceticismo, eles pareciam ter uma boa razão para negar o fechamento. Consideremos o caso que eles apresentam e alguns problemas com sua aceitabilidade.

### 5.1. O Ceticismo e o Anticeticismo

Dretske e Nozick se focaram numa forma de ceticismo que combina **K** com a suposição de que não sabemos que as hipóteses céticas são falsas. Por exemplo, não sei

que *não-biv*: não sou um cérebro numa cuba num planeta distante da terra sendo enganado por cientistas alienígenas. Dada a força dessas suposições, os céticos argumentam que não sabemos todo o tipo de afirmações do senso comum que implicam a falsidade das hipóteses céticas. Por exemplo, uma vez que *não-biv* é implicada por *h*, estou em Santo Antônio, os céticos podem argumentar como se segue:

- (1) **K** é verdadeiro; *i.e.*, se, ao saber que *p*, S acredita que *q* porque S sabe que *p* implica *q*, então S sabe que *q*.
- (2) *h* implica *não-biv*.
- (3) Assim, se sei que *h* e acredito que *não-biv* porque sei que é implicada por *h*, então sei que *não-biv*.
- (4) Mas não sei que *não-biv*.
- (5) Portanto, não sei que *h*.

Dretske e Nozick estavam cientes de que esse argumento pode ser revertido:

- (1) **K** é verdadeiro; *i.e.*, se, ao saber que *p*, S acredita que *q* porque S sabe que *p* implica *q*, então S sabe que *q*.
- (2) *h* implica *não-biv*.
- (3) Assim, se sei que *h* e acredito que *não-biv* porque sei que é implicada por *h*, então sei que *não-biv*.
- (4\*) Sei que *h*.
- (5\*) Portanto, sei que *não-biv*.

Virar o jogo contra o cético desse modo foi o que fez mais ou menos a estratégia anticética de Moore (1959). (Tendenciosamente, alguns autores chamam agora tal estratégia de *dogmatismo*). Contudo, ao invés de **K**, Moore pressupôs a verdade de um princípio mais forte:

**PK**: Se, ao saber que *p*, S acredita que *q* porque sabe que *q* é implicada por S saber que *p*, então S sabe que *q*.

Ao contrário de **K**, **PK** subscreve o famoso argumento de Moore: Moore sabe que ele está de pé; ele saber que está de pé implica que ele não está sonhando; portanto, ele sabe (ou pelo menos está em posição de saber) que não está sonhando.

## 5.2. Rastreamento e Ceticismo

De acordo com Dretske e Nozick, o ceticismo é atraente porque os céticos estão parcialmente corretos. Eles estão corretos quando dizem que não sabemos que as

hipóteses céticas não são o caso. Pois não rastreio *não-biv*: se *biv* fosse verdadeira, eu ainda teria as experiências que me levam a acreditar que *biv* é falsa. Algo similar pode ser dito sobre o anticeticismo: os anticéticos estão corretos quando dizem que sabemos todo o tipo de afirmações de senso comum que implicam a falsidade de hipóteses céticas. Tendo ido longe demais, porém, os céticos recorrem a **K** e argumentam que, uma vez que eu saberia que *não-biv* caso soubesse *h*, então não sei *h* no fim das contas; ao passo que os anticéticos *à la* Moore recorrem a **K** a fim de concluir que sei que *não-biv*. Mas é precisamente aqui que os céticos e os anticéticos estão igualmente errados, pois **K** é falso. Considere a posição do cético. Tendo aceitado a perspectiva rastreadora – como fazem ao negar que sabemos que as hipóteses céticas são falsas – os céticos não podem apelar para o princípio de fechamento, que é falso de acordo com a teoria rastreadora. Rastreamos (e, portanto, sabemos) a verdade de alegações comuns de conhecimento, embora não rastreamos (ou sabemos) a verdade das coisas que se seguem delas, tal como a de que hipóteses céticas incompatíveis são falsas.

Um resultado desse caso é que ele não consegue lidar com todos os tipos de ceticismo. Há duas principais formas de ceticismo (e várias subcategorias): o ceticismo do regresso (ou pirrônico), e o ceticismo da indiscernibilidade (cartesiano). Na melhor das hipóteses, Dretske e Nozick forneceram uma maneira de lidar com o último.

Outra preocupação com a resposta de Dretske e Nozick ao ceticismo cartesiano é que ela nos força a abandonar **K** (tanto quando **GK**, e o fechamento através da instanciação e da simplificação). Dado o apelo intuitivo desses princípios, alguns teóricos têm procurado por modos alternativos de explicar o ceticismo, oferecendo-os então como superior com base em não violarem **K**. Consideraremos duas possibilidades, uma oferecida pelos defensores da teoria da indicação segura e outra pelos contextualistas.

### 5.3. Indicação Segura e Ceticismo

Os defensores da teoria da indicação segura aceitam o ponto central da explicação que o teórico do rastreamento dá para o apelo do ceticismo, mas mantém o princípio do fechamento. Uma razão pela qual o ceticismo nos tenta é que tendemos a confundir **CR** com **SI** (Sosa 1999; Luper 1984, 1987c, 2003a). Afinal, **CR** – se *p* fosse falsa, **R** não seria o caso – se assemelha intimamente a **SI** – **R** seria o caso somente se *p* fosse verdadeira. Quando colocamos as duas juntas, às vezes aplicamos **CR** e concluímos

que não sabemos que os cenários céticos não são o caso. Então, voltamos à abordagem da indicação segura, e concordamos com os céticos quando apelam ao princípio de acarretamento, que é mantido pela abordagem da indicação segura, e concluímos que as alegações comuns de conhecimento são falsas. Porém, como Moore afirmou, os céticos estão errados quando dizem que não sabemos que as hipóteses céticas são falsas. Grosso modo, sabemos que as possibilidades céticas não são o caso, uma vez que (dadas as nossas circunstâncias) são remotas.

O ceticismo poderia também resultar da suposição de que, se um método de formação de crença *M* estivesse, em alguma situação, a produzir uma crença sem nos permitir saber a verdade dessa crença, então não pode gerar sequer conhecimento *bona fide* (desse tipo de crença), não importa em que circunstâncias ele é usado. (*M* tem de ser reforçado de algum modo, com um método suplementar, ou com evidências sobre as circunstâncias disponíveis, caso se granjeie conhecimento). Essa suposição poderia repousar na ideia de que qualquer crença que *M* produza seja, na melhor das hipóteses, acidentalmente correta, caso em algumas circunstâncias *M* produza uma crença falsa ou acidentalmente correta (Luper 1987c). De acordo com essa suposição, podemos excluir um método de formação de crença *M* como uma fonte de conhecimento apenas por esboçar circunstâncias nas quais *M* produz uma crença que é falsa ou acidentalmente correta. Os cenários céticos tradicionais são suficientes; e também situações gettierescas. Os teóricos externistas rejeitam essa suposição dizendo que *M* pode gerar conhecimento quando usado em circunstâncias sob as quais a crença produzida não é acidentalmente correta. Em circunstâncias altamente gettierizadas, *M* tem de nos deixar numa posição epistêmica especialmente forte caso gere conhecimento; em circunstâncias comuns, métodos menos exatos podem produzir conhecimento. Os padrões que um método tem de cumprir para produzir conhecimento dependem do contexto no qual é usado. Essa perspectiva, segundo a qual as exigências para um sujeito ou agente *S* saiba que *p* variam com o contexto de *S* (*e.g.*, o quão exato o método de formação de crença de *S* tem de ser para produzir conhecimento depende das circunstâncias de *S*), poderia ser chamada de *contextualismo centrado no agente* (ou *sujeito*). Tanto os teóricos do rastreamento quanto os da indicação segura defendem o contextualismo centrado no agente.

#### 5.4. Contextualismo e Ceticismo

Os teóricos que escrevem sob o rótulo “contextualismo”, como David Lewis (1979, 1996), Stewart Cohen (1988, 1999) e Keith DeRose (1995) oferecem uma maneira relacionada de explicar o ceticismo sem negar o fechamento. Por clareza poderíamos chamá-los de contextualistas centrados no *falante* (ou *atribuidor*), uma vez que contrastam sua posição com o contextualismo centrado no agente. De acordo com os contextualistas (centrados no falante), se é correto para um *juiz* atribuir conhecimento a alguém dependerá do contexto desse *juiz*, e os padrões para o conhecimento diferem de contexto para contexto. Quando o homem nas ruas julga o conhecimento, os padrões aplicáveis são relativamente modestos. Mas um epistemólogo leva a sério todo o tipo de possibilidades que são ignoradas pelas pessoas comuns, e, por isso, têm de aplicar padrões mais severos a fim de alcançar as avaliações corretas. O que passa por conhecimento em contextos comuns não se qualifica como conhecimento em contextos em que critérios elevados se aplicam. O ceticismo é explicado pelo fato de que a variação contextual dos padrões epistêmicos é facilmente negligenciada. Os céticos notam que no contexto epistêmico é inapropriado conceder conhecimento a alguém. Porém, os céticos supõem – falsamente – que aquilo que vale no contexto epistêmico vale em todos os contextos. Eles supõem que uma vez que aqueles que levam o ceticismo a sério têm de negar conhecimento a alguém, então deveriam negar conhecimento, a despeito do contexto, a todos. Porém, as pessoas em contextos comuns estão perfeitamente corretas em afirmar que sabem todo o tipo de coisas.

Ademais, o princípio de fechamento está correto, dizem os contextualistas, de modo que tem de ser entendido como operando dentro de determinados contextos, não através de contextos. Isto é, na medida em que permanecemos dentro de um determinado contexto, sabemos as coisas que deduzimos daquilo que já sabemos. Mas se estou num contexto comum, e sei que estou em Santo Antônio, não posso vir a saber, via dedução, que não sou um cérebro numa cuba num planeta distante, já que quando levo a sério a hipótese cética, transformo meu contexto num contexto no qual padrões epistêmicos elevados se aplicam. Quando levo a sério a possibilidade da cuba, tenho de lidar com os padrões exigentes que excluem o meu conhecimento de que não sou um cérebro numa cuba. Do mesmo modo, esses padrões impedem que eu saiba que estou em Santo Antônio. Pensar a sério sobre o conhecimento mina o nosso conhecimento.

## 6. Fechamento e Crença Racional



Dizer que a crença justificada é fechada sob implicação é dizer que algo como um dos seguintes princípios é correto (ou que ambos são):

**J**: Se, ao acreditar justificadamente que  $p$ ,  $S$  acredita que  $q$  porque  $S$  sabe que  $p$  implica  $q$ , então  $S$  acredita justificadamente que  $q$ .

**GJ**: Se, ao acreditar justificadamente em várias proposições,  $S$  acredita que  $p$  porque  $S$  sabe que elas implicam  $q$ , então  $S$  acredita justificadamente que  $p$ .

Contudo, **GJ** gera paradoxos (Kyburg 1961). Para ver por que, note que se as chances de ganhar na loteria são suficientemente remotas, estou justificado em acreditar que o meu bilhete, o bilhete 1, não é o premiado. Estou também justificado em acreditar que o bilhete 2 não é o premiado, e que o 3 não é o premiado, e assim por diante. Contudo, não estou justificado em acreditar na conjunção dessas proposições. Se estivesse, eu acreditaria justificadamente que nenhum bilhete é o premiado. Se uma proposição estiver justificada quando for bastante provável, o exemplo da loteria mina **GJ**. Não importa quão alta seja a probabilidade suficiente para a justificação, a menos que a probabilidade seja 1, em algumas loterias estaremos justificados em acreditar, para qualquer bilhete arbitrário, que ele não é o bilhete premiado, e, por conseguinte, por **GJ**, estaremos justificados em acreditar que todos os bilhetes não são o premiado.

Ainda que rejeitemos **GJ** não se segue que temos de rejeitar **GK**, que diz respeito ao fechamento do *conhecimento*. Considere o exemplo da loteria novamente. O quão justificados estamos em acreditar que o bilhete 1 não é o premiado dependerá do quão provável será ele não ser premiado. Ora, a probabilidade de que o bilhete 2 não seja o premiado é igual à probabilidade de que o bilhete 1 não é o premiado. O mesmo vale para qualquer outro bilhete. Contudo, considere a conjunção, *O bilhete 1 não é o premiado & o bilhete 2 não é o premiado*. A probabilidade dessa proposição conjuntiva é menor do que a probabilidade de suas conjuntas separadamente. Suponha que continuemos a adicionar conjuntas. Por exemplo, a próxima será: *O bilhete 1 não é o premiado & o bilhete 2 não é o premiado & o bilhete 3 não é o premiado*. A cada vez que uma nova conjunta é adicionada, a probabilidade da proposição resultante diminui ainda mais. Isso ilustra o fato de que podemos começar com uma coleção de proposições, cada uma delas excedendo o limiar da justificação (seja lá o que for que seja necessário para que uma crença conte como “justificada” de acordo com **GJ**) e, ao conjuntá-las, podemos terminar com uma proposição abaixo do limiar de justificação. Podemos “acreditar justificadamente” em cada conjunta, mas não na conjunção, e, portanto, **GJ** falha. Contudo, não precisamos rejeitar **GK** por essa razão. Ainda que concedamos que

*acreditamos justificadamente que O bilhete 1 não é o premiado é verdadeira, poderíamos negar que sabemos que essa proposição seja verdadeira. Poderíamos assumir a posição de que se acreditamos em alguma proposição  $p$  com base em sua probabilidade, nada menos do que uma probabilidade 1 será suficiente para nos permitir saber que é verdadeira. Nesse caso **GK** não sucumbirá à nossa objeção a **GJ**, pois se a probabilidade de duas ou mais proposições é 1, então a probabilidade de sua conjunção também é 1.*

Podemos rejeitar **GJ**. Deveríamos também rejeitar **J**? O status desse princípio é muito mais controverso. Alguns teóricos argumentam contra ele usando contraexemplos como o caso da zebra de Dretske: porque a zebra está em condições de visão satisfatórias, você parece estar plenamente justificado em acreditar que *zeb*, mas não é tão claro que você esteja justificado em acreditar que *não-mula*, ainda que deduza essa crença de *zeb*. Alguém que rejeite **K** com base em **K** sancionar o conhecimento de proposições restritivas ou de grande porte (discutidas anteriormente) provavelmente rejeitará **J** por razões similares: acreditar justificadamente que temos mãos, poderia parecer, não nos coloca em posição de acreditar justificadamente que há objetos físicos ainda que vejamos que a primeira implica a última.

Uma resposta é que casos como o de Dretske não contam contra **J**, mas antes contra o seguinte princípio (de transmissibilidade da evidência):

**E:** Se  $e$  é evidência para  $p$ , e  $p$  implica  $q$ , então  $e$  é evidência para  $q$ .

Ainda que rejeitemos esse princípio, não se segue que a justificação não seja fechada sob a implicação, como Peter Klein (1981) apontou. Defensavelmente, tudo o que é necessário para o fechamento da justificação é que quando, dada toda a nossa evidência  $e$  relevante, estamos justificados em acreditar que  $p$ , também *temos* justificação suficiente para acreditar em cada uma das conseqüências de  $p$ . A nossa justificação para as conseqüências de  $p$  não precisa ser  $e$ . Ao invés, poderia ser a própria  $p$ , que é, afinal, uma crença justificada. E uma vez que  $p$  implica suas conseqüências, é suficiente para justificá-las. Além do mais, qualquer boa evidência que temos contra uma conseqüência de  $p$  conta contra a própria  $p$ , nos impossibilitando de estar justificado em acreditar que  $p$ , de modo que se estamos justificados em acreditar que  $p$ , levando em conta toda nossa evidência, pró e contra, não teremos evidências fortes contra as proposições implicadas por  $p$ . (Uma manobra similar poderia ser defendida contra os teóricos do rastreamento quando eles negam o fechamento do conhecimento: se rastreamos  $p$ , e acreditamos que  $q$  por deduzi-la de  $p$ , então rastreamos  $q$  se tomamos  $p$  como nossa base para acreditar que  $q$ ). Visto desse ângulo **J** parece plausível. (Há um bibliografia substancial sobre a

transmissibilidade de evidência e sua falha; veja, por exemplo, Crispin Wright (1985) e Martin Davies (1998).

Algumas observações finais podem ser feitas usando a distinção de Roderick Firth (1978) entre justificação proposicional e doxástica. Uma proposição  $p$  tem justificação proposicional para  $S$  se, e somente se, dada a base que  $S$  possui,  $p$  contaria como racional. Que  $p$  tenha justificação proposicional para  $S$  não requer que  $S$  efetivamente baseie a sua crença nessa base, ou mesmo que  $S$  acredite que  $p$ . Se a crença de  $S$  tem justificação doxástica depende das bases efetivas de  $S$  para acreditar que  $p$ : se, nessas bases,  $p$  contaria como racional, então  $p$  possui justificação doxástica. Considere os seguintes princípios:

**JD:** Se  $p$  está doxasticamente justificada para  $S$ , e  $p$  implica  $q$ , então  $q$  está doxasticamente justificado para  $S$ .

**JP:** Se  $p$  está proposicionalmente justificada para  $S$ , e  $p$  implica  $q$ , então  $q$  está proposicionalmente justificada para  $S$ .

**JD** claramente enfrenta duas objeções fatais. Primeiro, poderíamos não acreditar em algumas das coisas implicadas por nossas crenças. Segundo, podemos ter razões perfeitamente respeitáveis para acreditar que  $p$ , e, contudo, não vendo que  $p$  implica  $q$ , poderíamos não estar cientes de quaisquer bases para acreditar que  $q$ , ou pior, poderíamos acreditar que  $q$  por razões espúrias. Contudo, nenhuma dessas dificuldades ameaça **JP**. Primeiro, a justificação proposicional não implica crença. Segundo,  $S$  poderia estar proposicionalmente justificado com base em  $p$  deixe ou não de ver que  $p$  implica  $q$ , e ainda que  $S$  acredite que  $q$  por razões espúrias. Como apoio adicional para **JP**, poderíamos citar o fato de que, se  $p$  implica  $q$ , o que quer que conte contra  $q$  conta contra  $p$ .

## Bibliografia

ALSTON, W. *The Reliability of Sense Perception*, Ithaca: Cornell University Press, 1993.

ARMSTRONG, D. *Belief, Truth and Knowledge*, Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

AUDI, R. "Deductive Closure, Defeasibility and Scepticism: A Reply to Feldman." *Philosophical Quarterly*, 45: 494–499, 1995.

BECKER, K. *Epistemology Modalized*, New York: Routledge, 2009.

- BLACK, M. "The Justification of Induction," *Language and Philosophy*, Cornell University Press, 1949.
- BLACK, T. e MURPHY, P. "In Defense of Sensitivity", *Synthese*, 154(1): 53-71, 2007.
- BOGDAN, R.J. "Cognition and Epistemic Closure," *American Philosophical Quarterly*, 22: 55–63, 1985.
- BONJOUR, L. "Nozick, Externalism, and Skepticism," in Luper 1987a, 297–313, 1987.
- BRUECKNER, A. "Losing Track of the Sceptic," *Analysis*, 45: 103–104, 1985a.
- "Skepticism and Epistemic Closure," *Philosophical Topics*, 13: 89–117, 1985b.
- "Transmission for Knowledge Not Established," *Philosophical Quarterly*, 35: 193–196, 1985c.
- "Roush on Knowledge: Tracking Redux?, in Becker, K. and Black, T., eds, *The Sensitivity Principle in Epistemology*, Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- COHEN, S. "Knowledge, Context, and Social Standards," *Synthese*, 73: 3–26, 1987.
- "How to be a Fallibilist," *Philosophical Perspectives 2: Epistemology*, Atascadero, CA: Ridgeview, 91–123, 1988.
- "Contextualism, Skepticism, and the Structure of Reasons," *Philosophical Perspectives 13: Epistemology*, Atascadero, CA: Ridgeview, 57–89, 1999.
- "Basic Knowledge and the Problem of Easy Knowledge," *Philosophy and Phenomenological Research*, 65.2: 309–329, 2002.
- DAVIES, M. "Externalism, Architecturalism, and Epistemic Warrant," in Crispin Wright, Barry Smith, and Cynthia Macdonald eds., *Knowing Our Own Minds*, Oxford: Oxford University Press, pp. 321-361, 1998.
- DEROSE, K. "Solving the Skeptical Problem," *Philosophical Review*, 104: 1–52, 1995.
- DRETSKE, F. *Seeing and Knowing*, Chicago: University of Chicago Press, 1969.
- "Epistemic Operators," *Journal of Philosophy*, 67: 1007–1023, 1970.
- "Conclusive Reasons," *Australasian Journal of Philosophy*, 49: 1–22, 1971.
- "Contrastive Statements," *Philosophical Review*, 81: 411–430, 1972.
- "Skepticism: What Perception Teaches," in Luper 2003b, pp. 105–118, 2003.
- "Is Knowledge Closed Under Known Entailment?" in Steup 2005.
- FELDMAN, R. "In Defense of Closure," *Philosophical Quarterly*, 45: 487–494, 1995.

FIRTH, R. "Are Epistemic Concepts Reducible to Ethical Concepts?" in Alvin Goldman and Jaegwon Kim, eds., *Values and Morals*, Dordrecht: D. Reidel Publishing Co., 1978.

FUMERTON, R. *Metaepistemology, and Skepticism*, Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1995.

GOLDMAN, A. "Discrimination and Perceptual Knowledge," *Journal of Philosophy*, 73: 771–791, 1967.

— "What is Justified Belief?," in *Justification and Knowledge*, G.S. Pappas (ed.), Dordrecht: D. Reidel, 1979.

GOODMAN, N. *Fact, Fiction, and Forecast*. (4th ed.), Harvard University Press, 1983.

HALES, S. Epistemic Closure Principles, *Southern Journal of Philosophy*, 33: 185–201, 1995.

HARMAN, G. e SHERMAN, B. "Knowledge, Assumptions, Lotteries," *Philosophical Issues*, 14, 492–500, 2004.

HAWTHORNE, J. *Knowledge and Lotteries*, Oxford: Oxford University Press, 2004.

— "The Case for Closure," in Steup 2005.

JAEGER, C. "Skepticism, Information, and Closure: Dretske's Theory of Knowledge," *Erkenntnis*, 61: 187–201, 2004.

KLEIN, P. *Certainty: A Refutation of Skepticism*, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1981.

— "Skepticism and Closure: Why the Evil Genius Argument Fails," *Philosophical Topics*, 23: 213–236, 1995.

— "Closure Matters: Academic Skepticism and Easy Knowledge," *Philosophical Issues*, 14(1): 165–184, 2004.

KRIPKE, S. "Nozick on Knowledge," in *Philosophical Troubles* (Collected Papers, Volume 1), New York: Oxford University Press, 2011.

KYBURG, H. *Probability and the Logic of Rational Belief*, Dordrecht: Kluwer, 1961.

LEWIS, D. *Counterfactuals*, Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

— "Scorekeeping in a Language Game," *Journal of Philosophical Logic*, 8: 339–359, 1979.

— "Elusive Knowledge," *Australasian Journal of Philosophy*, 74: 549–567, 1996.

LUPER, S. "The Epistemic Predicament: Knowledge, Nozickian Tracking, and Skepticism," *Australasian Journal of Philosophy*, 62: 26–50, 1984.

- (ed.) *The Possibility of Knowledge: Nozick and His Critics*, Totowa, NJ: Rowman and Littlefield, 1987a.
- (1987b) “The Possibility of Skepticism,” in Luper 1987a.
- “The Causal Indicator Analysis of Knowledge,” *Philosophy and Phenomenological Research*, 47: 563–587, 1987c.
- (2003a) “Indiscernability Skepticism,” in S. Luper 2003b, pp. 183–202.
- (ed.) *The Sceptics*, Hampshire: Ashgate Publishing, Limited, 2003b.
- “Epistemic Relativism,” *Philosophical Issues*, 14, a supplement to *Noûs*, 271–295, 2004.
- “Dretske on Knowledge Closure,” *Australasian Journal of Philosophy*, 84(3): 379–394, 2006.
- “False Negatives,” in K. Becker and T. Black (eds.), *The Sensitivity Principle in Epistemology*, Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- MOORE, G. E. “Proof of an External World,” and “Certainty,” in *Philosophical Papers*, London: George Allen & Unwin, Ltd, 1959.
- MURPHY, P. “Closure Failures for Safety,” *Philosophia*, 33: 331–334, 2005.
- NOZICK, R. *Philosophical Explanations*, Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- PAPINEAU, D. “Reliabilism, Induction, and Scepticism,” *The Philosophical Quarterly*, 42: 1–20, 1992.
- PRITCHARD, D. “Anti-Luck Epistemology,” *Synthese*, 158: 227–298, 2007.
- RAMSEY, F. P. *The Foundations of Mathematics and Other Logical Essays*, London: Routledge and Kegan Paul, 1931.
- ROUSH, S. *Tracking Truth: Knowledge, Evidence and Science*, Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SEXTUS EMPIRICUS *Outlines of Pyrrhonism*, R.G. Bury (trad.), London: W. Heinemann, Loeb Classical Library, 1933.
- SHATZ, D. “Nozick's Conception of Skepticism,” in *The Possibility of Knowledge*, S. Luper (ed.), Totowa, NJ: Rowman and Littlefield, 1987.
- SOSA, E. “How to Defeat Opposition to Moore,” *Philosophical Perspectives*, 13: 141–152, 1999.

— “Neither Contextualism Nor Skepticism,” in *The Sceptics*, S. Luper (ed.), Hampshire: Ashgate Publishing, Limited, pp. 165–182, 2003.

— *A Virtue Epistemology: Apt Belief and Reflective Knowledge Volume I*, Oxford: Oxford University Press, 2007.

— *A Virtue Epistemology: Apt Belief and Reflective Knowledge Volume II*, Oxford: Oxford University Press, 2009.

STALNAKER, R. “A Theory of Conditionals,” *American Philosophical Quarterly*, monograph no. 2: 98–112, 1968.

STEUP, M. e Sosa, E. (eds.) *Contemporary Debates in Epistemology*, Malden, MA: Blackwell, 2005.

STINE, G. C. “Dretske on Knowing the Logical Consequences,” *Journal of Philosophy*, 68: 296–299, 1971.

— “Skepticism, Relevant Alternatives, and Deductive Closure,” *Philosophical Studies*, 29: 249–261, 1976.

VAN CLEVE J. “Foundationalism, Epistemic Principles, and the Cartesian Circle,” *Philosophical Review*, 88: 55–91, 1979.

— “Is Knowledge Easy—or Impossible? Externalism as the Only Alternative to Skepticism,” in S. Luper 2003b, pp. 45–60, 2003.

VOGEL, J. “Are There Counterexamples to the Closure Principle?” in *Doubting: Contemporary Perspectives on Skepticism*, M. Roth and G. Ross (eds.), Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1990.

— “Reliabilism Leveled,” *Journal of Philosophy*, 97: 602–623, 2000.

— “Speaking of Knowledge,” *Philosophical Issues*, 14: 501–509, 2004.

WILLIAMSON, T. *Knowledge and Its Limits*, Oxford: Oxford University Press, 2000.

WITTGENSTEIN, L. *On Certainty*, G.E.M. Anscombe (trans.), New York: Harper and Row, Inc, 1969.

WRIGHT, C. “Facts and Certainty,” *Proceedings of the British Academy*, 71: 429–472, 1985.